

Samambaia ganha parque para exposições e feiras agropecuárias

Rogério Dy La Fuente
de Samambaia

Uma área de 20 hectares (20 mil metros quadrados), ao lado do parque ecológico Boca da Mata, dará lugar no ano que vem ao Parque de Exposições Agropecuárias de Samambaia. O espaço, que se destina a exposições, feiras e festas regionais, é proposta dos produtores rurais da cidade por intermédio da Associação de Produtores do Núcleo Rural Taguatinga (Aprontag) e virou lei segunda-feira, dia 1º, quando foi publicado no Diário Oficial do Distrito Federal.

Autor do projeto apresentado na Câmara Legislativa para criação do parque, o deputado Antônio José Cafu (PT) apresenta três vantagens do novo empreendimento. "Primeiramente ele responde ao anseio de um grupo organizado e comprometido com o desenvolvimento da região. Em segundo lugar, representa a vitalização de um espaço na confluência entre Samambaia, Taguatinga e Recanto das Emas, que deve beneficiar diretamente 600 mil pessoas e, por fim, atenderá à demanda de um projeto estruturante do desenvolvimento do Distrito Federal, que é o Metrô, porque fica quase ao lado de uma estação", aponta.

Cafu acredita também que os produtores rurais e criadores de Águas Claras, Riacho Fundo I e II, Ceilândia e Brazlândia serão beneficiados indiretamente com a construção do parque. "Da perspectiva humana, este projeto tem um lastro social imenso, porque com uma agenda de eventos e exposições, que deverá, com certeza, ser intensa, vai gerar renda e muito lazer", avalia o deputado.

Malha

O presidente da Aprontag, Cláudio Antônio Pires, que levou a idéia até Cafu, apresenta ainda o entrelaçamento das atividades rurais com vários segmentos da economia. "Tomemos apenas o caso da 'indústria' do cavalo", propõe. "Ela se relaciona com a moda *country*, artigos e manutenção de selaria, com veterinários, com a indústria farmacêutica, com o setor de alimentação na hora da ração dos equinos, com oficinas mecânicas que adaptam os veículos de transporte, e com a indústria fonográfica, o setor de entretenimento, e de comunicação, por causa das músicas e das informações sobre as atividades de criação de cavalos", lista, comparando a trama de relações da equinocultura com a da indústria automo-

duas gerem o mesmo número de empregos diretos e indiretos", afirma.

Antes mesmo que o projeto de criação fosse aprovado na Câmara Legislativa e sancionado, a Aprontag havia conseguido incluir na proposta de Orçamento Participativo de 1998 uma emenda no valor de R\$ 177.969, 45 para iniciar a construção do projeto. A associação já tem até uma proposta de projeto arquitetônico para o parque. "Gostaríamos que ele tivesse o formato de uma ferradura, assim como ela fica no jogo de malha", afirma Cláudio Pires. O jogo de malha, ou jogo da ferradura, consiste no arremesso do objeto contra uma estaca de metal, com o objetivo de fazê-lo ficar preso. "A estaca serviria como torre para cabine de locução e prédio de administração e a construção da ferradura abrigaria as baias internamente e seria uma arquibancada com degraus para dentro e para fora, diferentemente da arena de rodeios de Barretos (SP) que só tem a face interna", descreve o produtor rural. Os degraus de arquibancada para os dois lados se justificam porque as pistas de competição ficariam ao redor, pelo lado externo da construção principal. "Isso nos permitirá realizar simultaneamente provas de conformação, vaquejadas e de cancha, por exemplo" afirma Cláudio.

Parceria

A Lei Complementar nº 166/1997, que cria o Parque Agropecuário de Samambaia, deverá ser regulamentada em 57 dias. De acordo com ela, a construção do parque poderá ser feita em convênio entre órgãos do Governo do Distrito Federal e entidades da iniciativa privada. "O poder público sozinho não dá conta de administrar este empreendimento", afirma Cafu. "Uma parceria clara e transparente neste sentido é mais que saudável."

Pensando nesta possibilidade de parceria, a Aprontag já verifica a melhor opção de exploração do parque. "O instrumento mais conveniente verificado até agora é a concessão real de uso, que assegura que as benfeitorias feitas na área pelo parceiro do Governo terão restituição no caso de ocorrer uma mudança na destinação da área, por exemplo", revela Cláudio. "O recurso existente para construir o parque até agora é apenas para o pontapé inicial, estamos dispostos a correr atrás do empresariado que financie o restante da empreitada", complementa.